

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resinas, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades.

Constituição de nova empresa controlada:

Durante os meses de junho a novembro de 2008, a Companhia integralizou parte do capital social, em valores correspondentes R\$ 3.368, na empresa Fras-le Friction Material Pinghu Co. Ltd., detendo 100 % do seu capital social.

A controlada constituída tem por objeto a fabricação, comercialização e importação de componentes para freios e materiais de fricção, bem como a prestação de serviços de assistência técnica.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 04 de fevereiro de 2009 conforme ata 01 de 2009.

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando a seguinte informação complementar abrangendo a controladora e o consolidado:

a. Relatório por segmento

No relatório por segmentos geográficos, são identificados os segmentos geográficos em que a Companhia atua, com fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos. (Anexo I).

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros e prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2008

a) Controladora

	31/12/07 Saldos	Data da transição - 01/01/2008	
		Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	<u>192.411</u>	<u>2.978</u>	<u>195.389</u>
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de capital	611	-	611
Reservas de lucros	91.800	-	91.800
Lucros acumulados	-	2.978 {a}	2.978
Resumo dos ajustes			
{a} Ajustes contra lucros acumulados			<u>2.978</u>
{a1} Instrumentos financeiros derivativos avaliados ao valor justo por meio do resultado			4.999
{a2} Arrendamentos mercantis financeiros			67
{a3} Ajustes a valor presente			(553)
{a4} Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos			(1.535)

Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2008 - Consolidado

b) Consolidado

	31/12/07 Saldos	Data da transição - 01/01/2008	
		Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	<u>191.790</u>	<u>2.978</u>	<u>194.768</u>
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de capital	611	-	611
Reservas de lucros	91.179	-	91.179
Lucros acumulados	-	2.978 {a}	2.978
Resumo dos ajustes			

{a} Ajustes contra lucros acumulados	<u>2.978</u>
{a1} Instrumentos financeiros derivativos avaliados ao valor justo por meio do resultado	4.999
{a2} Arrendamentos mercantis financeiros	67
{a3} Ajustes a valor presente	(553)
{a4} Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(1.535)

Instrumentos financeiros

A Companhia contratou instrumentos financeiros cujos saldos na data de transição foram reclassificados em: (i) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis. Com certas exceções os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo agregado aos eventuais custos de transição e sua mensuração subsequente é feita pelo custo amortizado.

Conforme faculta o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, os saldos dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, foram remensurados para seu valor justo na data de transição.

Em 01 de janeiro de 2008 a Companhia possuía operações financeiras de derivativos, na classificação de “*opções*”, na modalidade de *swap* com arrependimento, também conhecida como “Zero Cost Collar”. O valor justo destas operações em aberto na data de transição era de R\$ 4.999. Em 31 de dezembro de 2007 este montante não estava registrado na contabilidade, pois a Companhia aguardava o acionamento da opção de compra e venda para efetivamente constituir-se em uma obrigação e/ou direito.

Na data de transição não foram identificados instrumentos financeiros disponíveis para venda cuja diferença entre o valor contábil e o valor justo deveria ser alocada para a conta de ajustes de avaliação patrimonial.

Demais operações com instrumentos financeiros derivativos em 2007 eram contabilizados no balanço patrimonial por seu valor de curva na data do balanço e constituíam-se de operações a termo ativas de R\$ 26. A diferença entre o valor contábil e o valor justo destas operações não geraram efeitos relevantes na data de transição.

Arrendamento mercantil financeiro

Determinados bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo, ou se inferior pelo valor presente do saldo de pagamentos mínimos previstos nos contratos de arrendamento financeiro, sendo depreciados pelas taxas de depreciação praticadas pela Companhia de acordo com a natureza de cada bem. Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro, alienados ou baixados por perda, têm o seu valor residual reconhecido como custo ou perda, respectivamente, na demonstração de resultados.

Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das prestações remanescentes a pagar na data da transição. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações vincendas será apropriada na demonstração de resultados como despesas

financeiras pelo prazo remanescente do contrato por meio do método do custo amortizado e com base na taxa de juros efetiva.

As diferenças entre os valores dos ativos líquidos de depreciação e dos passivos reconhecidos na data da transição da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 foram reconhecidas na conta de lucros acumulados.

Em 2007 os contratos de arrendamento mercantil financeiro eram contabilizados como arrendamento mercantil operacional.

Ativo intangível

Determinados ativos intangíveis já reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

Ajustes a valor presente

Determinadas contas a receber e contas a pagar de curto prazo foram ajustados a valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos e passivos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento ou pagamento prefixada ou pós-fixada, com base no saldo inicial da data da transição conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

Os efeitos dos ajustes a valor presente decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 foram registrados contra lucros acumulados.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, quando aplicável, foram lançados nas contas de patrimônio líquido nas quais foram contabilizados os referidos ajustes em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

Reserva de reavaliação

O saldo da reavaliação da Companhia será mantido até a sua realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

A possibilidade de realização espontânea de bens a partir de 2008 foi eliminada com as alterações introduzidas na legislação societária brasileira.

Efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória No 449/08

Segue conciliação do resultado de 2008 e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, com os valores que seriam obtidos caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

Demonstração dos efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

	Controladora	Consolidado
	2008	2008
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	26.856	25.522
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Provisória nº 449/08	2.978	2.978
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(321)	(321)
Despesa de depreciação de bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro	187	187
Despesas financeiras decorrentes de contratos de arrendamento financeiro	10	10
Reversão despesas de leasing	(344)	(344)
Ajustes a valor presente de contas a receber e contas a pagar		
Receita financeira	(7.732)	(7.732)
Receita de vendas	8.585	8.585
Despesa financeira	3.045	3.045
Custo dos produtos vendidos	(3.166)	(3.166)
Ajustes acumulados de conversão	1.991	1.991
Diferenças temporárias de IR e CSLL	(90)	(90)
Lucro líquido sem os efeitos da Lei 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	31.999	30.665
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória No 449/08	5.143	5.143
	Controladora	Consolidado
	2008	2008
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	210.079	208.125
Ajustes na data da transição reconhecidos em		
Lucros acumulados	(2.978)	(2.978)
Ajustes acumulados de conversão	(1.991)	(1.991)
Diferença entre o resultado líquido de 2008 e o resultado ajustado	5.143	5.143
Patrimônio líquido em 31 de dezembro 2008, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	210.253	208.299

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques e impostos diferidos ativos, provisão para contingências, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método do taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juro.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizados no resultado. Para a data base de 31 de dezembro de 2008 a Companhia não adotou a contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*) para os instrumentos derivativos contratados.

d. *Moeda estrangeira*

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM No 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas e coligadas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

e. *Ativos circulante e não circulante*

- **Clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Para as transações de venda a Companhia utiliza a variação da taxa de Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações de vendas a prazo. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

- **Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado e, ajustado por provisão para obsolescência, quando aplicável.

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

- **Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

- **Investimentos**

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº. 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

- ***Arrendamento mercantil***

- **Arrendamento financeiro**

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 11. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- **Arrendamento operacional**

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

- ***Ativos intangíveis***

Os ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2008 e 2007 compreendem apenas os ativos adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de

amortização, e são amortizados por taxas lineares considerando sua vida útil, conforme Nota Explicativa nº 11.

- ***Redução ao valor recuperável***

Os ativos do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

f. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits (superávits) do plano são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON para parcela do plano de pensão referente a benefício mínimo definido.

Para parcela referente a plano de pensão de contribuição definida, os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Quando os benefícios de um plano são ampliados a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

i. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo (ou como conta redutora do ativo).

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada e estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Fras-le S.A. e suas controladas a seguir relacionadas:

	Percentual de participação			
	2008		2007	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Fras-le Argentina S.A. (a)	94,00	-	94,00	-
Fras-le North America, Inc. (a)	100,00	-	100,00	-
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	99,00	-	99,00	-
Fras-le México S de RL de CV (a)	99,66	-	99,66	-
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (b)	100,00	-	-	-
Fras-le Europe (a)	-	100,00	-	100,00

(a) Sociedade controlada no exterior.

(b) Sociedade controlada no exterior, constituída em 18 de junho de 2008.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de incertezas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- e. Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	<u>Lucro do exercício</u>		<u>Patrimônio líquido</u>	
	2008	2007	2008	2007
Controladora	<u>26.856</u>	<u>40.349</u>	<u>210.079</u>	<u>192.411</u>
Realização de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquidos de imposto de renda e contribuição social	361	1.278	-	-
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	(1.695)	(621)	(1.954)	(621)
Consolidado	<u>25.522</u>	<u>41.006</u>	<u>208.125</u>	<u>191.790</u>

5 Disponibilidades

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e bancos	2.255	1.517	8.602	2.175
Aplicações financeiras	<u>98.066</u>	<u>86.096</u>	<u>98.910</u>	<u>86.096</u>
	<u>100.321</u>	<u>87.613</u>	<u>107.512</u>	<u>88.271</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 103,6% (100,0% a 100,9% em 31 de dezembro de 2007) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.

6 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Circulante:				
No País	21.971	32.919	21.971	32.919
No exterior	43.937	26.209	53.370	35.591
Empresas controladas	17.068	9.456	-	-
Partes relacionadas	87	127	87	127
Menos:				
Cambiais descontadas	(3.323)	(5.392)	(3.323)	(5.392)
Ajuste a valor presente	(852)	-	(852)	-
Provisão para devedores duvidosos	(1.303)	(953)	(2.239)	(1.725)
	<u>77.585</u>	<u>62.366</u>	<u>69.014</u>	<u>61.520</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Contas a receber - vencidos				
De 1 a 30 dias	6.213	5.967	8.111	6.648
De 31 a 60 dias	266	1.188	1.457	1.642
De 61 a 90 dias	1.440	397	2.116	624
De 91 a 180 dias	505	186	1.170	413
Acima de 181 dias	<u>1.224</u>	<u>911</u>	<u>2.467</u>	<u>2.747</u>
Total	<u>9.648</u>	<u>8.649</u>	<u>15.321</u>	<u>12.074</u>

7 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Produtos acabados	30.650	14.124	44.445	24.231
Produtos em elaboração	5.733	5.270	6.009	5.270
Matérias-primas	20.721	14.513	26.154	14.513
Materiais auxiliares e de manutenção	1.796	1.604	1.796	1.604
Estoques em poder de terceiros	13.145	11.186	13.145	11.186
Adiantamento a fornecedores	1.162	732	1.172	732
Provisão estoques obsoletos	<u>(300)</u>	<u>-</u>	<u>(300)</u>	<u>-</u>
	<u>72.907</u>	<u>47.429</u>	<u>92.421</u>	<u>57.536</u>

8 Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
ICMS	5.171	5.671	5.171	5.671
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.720	2.630	1.720	2.630
COFINS	1.905	2.791	1.905	2.791
PIS	418	605	418	605
Outros	<u>512</u>	<u>381</u>	<u>1.725</u>	<u>1.814</u>
Total	9.726	12.078	10.939	13.511
Circulante	<u>5.704</u>	<u>6.556</u>	<u>6.917</u>	<u>7.989</u>
Não circulante	<u>4.022</u>	<u>5.522</u>	<u>4.022</u>	<u>5.522</u>

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b. PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

9 Transações com partes relacionadas

a. Saldos e operações entre partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, bem como, as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia, sua controladora e suas controladas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

Controladas e partes relacionadas											
	Jost Sistemas Auto- motivos Ltda.	Randon Veículos Ltda.	Suspensys Sistemas Auto- motivos Ltda.	Randon S.A. Implemen- tos e Partici- pações (b)	Master Sistemas Auto- motivos Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	Fras-le North America, Inc.	Fras-le Mexico S de RL de CV	Outras partes relacio- nadas(a)	Total	
										2008	2007
Ativo											
Contas a receber por vendas	8	-	49	-	30	5.960	11.478	-	-	17.525	9.583
Mútuos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.315
Passivo											
Contas a pagar por compras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Mútuos a pagar	-	-	-	101	-	-	-	-	1.301	1.402	1.930
Comissões a pagar	-	-	-	-	-	-	459	-	-	459	-
Resultado do exercício										31/12/08	31/12/07
Compra de produtos e serviços	19	-	31	3.851	59	-	-	-	-	3.960	4.440
Venda de produtos e serviços	-	183	-	497	27.590	11.599	17.197	-	-	57.066	55.091
Despesas com comissões	50	-	30	-	12	-	3.779	417	-	4.288	3.365
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	197	197	138
Receitas financeiras	-	-	-	121	-	-	-	-	-	121	121

(a) Saldos de mútuos a pagar mantido junto a diretores, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.

(b) Controladora direta da Companhia. A controladora final do Grupo é a Dramd Participações e Administração Ltda.

Os direitos e as obrigações com partes relacionadas são principalmente representados por transações mercantis, relativos a transações de compra e venda. Saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre a controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados pró-rata tempore pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

	2008	2007
Benefícios de curto prazo	<u>3.913</u>	<u>5.021</u>

10 Investimentos

a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Participações em empresas controladas	12.296	9.299	-	-
Outros investimentos mantidos ao custo	<u>1.106</u>	<u>1.105</u>	<u>1.106</u>	<u>1.106</u>
	<u>13.402</u>	<u>10.404</u>	<u>1.106</u>	<u>1.106</u>

b. Movimentação dos saldos

	Fras-le North America, Inc.	Fras-le Argentina S.A.	Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	3.632	5.537	50	80	-	9.299
- Equivalência patrimonial	(2.398)	2.751	(7)	15	-	361
- Integralização de capital	-	-	-	-	3.368	3.368
- Ajustes acumulados de conversão	395	867	6	(18)	741	1.991
- Dividendos distribuídos	<u>-</u>	<u>(2.722)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.722)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>1.629</u>	<u>6.433</u>	<u>49</u>	<u>77</u>	<u>4.109</u>	<u>12.297</u>

c. Informações das investidas

	Fras-le North América, (a) Inc.	Fras-le Argentina S/A (a)	Fras-le Andina Com Y Repres. Ltda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd	Total	
						2008	2007
Capital social	47	1.048	19	2	4.109		
Quantidade de quotas ou ações (em lote de mil)							
- Ordinárias	20	1.454	-	-	-		
- Quotas	-	-	10	15	-		
Participação no capital social, no final do período - %	100,00	94,00	99,00	99,66	100,00		
Patrimônio líquido ajustado	1.629	6.843	49	77	4.109		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.398)	2.927	(7)	15	-		
Ajustes acumulados de conversão	395	867	6	(18)	741		
Resultado da equivalência patrimonial	(2.398)	2.751	(7)	15	-	361	1.235
Valor do investimento	1.629	6.433	49	77	4.109	12.297	9.299

(a) Informações auditadas por outros auditores independentes.

d. Dividendos recebidos

A Companhia recebeu dividendos de controladas no valor de R\$ 2.722 até 31 de dezembro de 2008 (R\$ 2.081 até dezembro de 2007).

11 Imobilizado e Intangível

a. Composição dos saldos

	Taxa média anual de depreciação % a.a.	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
		2008		2007		2008		2007	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Tangível									
Edificações	4	43.719	(12.985)	30.734	20.975	44.882	(13.323)	31.559	21.682
Máquinas e equipamentos	10	172.922	(116.842)	56.080	50.890	183.420	(117.978)	65.442	50.953
Moldes	10	53.822	(28.383)	25.439	23.613	53.822	(28.383)	25.439	23.613
Móveis e utensílios	10	8.518	(5.522)	2.996	2.472	8.841	(5.695)	3.146	2.515
Veículos	20	2.584	(1.908)	676	431	2.749	(2.030)	719	489
Equipamentos de computação	20	6.212	(4.845)	1.367	1.456	6.911	(5.114)	1.797	1.493
Terrenos		1.080	-	1.080	1.080	1.179	-	1.179	1.163
Imobilização em andamento		20.799	-	20.799	15.102	20.799	-	20.799	15.102
Adiantamento a fornecedores		<u>1.282</u>	<u>-</u>	<u>1.282</u>	<u>1.327</u>	<u>1.282</u>	<u>-</u>	<u>1.282</u>	<u>1.327</u>
		<u>310.938</u>	<u>(170.485)</u>	<u>140.453</u>	<u>117.346</u>	<u>323.885</u>	<u>(172.523)</u>	<u>151.362</u>	<u>118.337</u>
Intangível									
Software	20	<u>5.635</u>	<u>(3.785)</u>	<u>1.850</u>	<u>1.986</u>	<u>5.744</u>	<u>(3.877)</u>	<u>1.867</u>	<u>1.986</u>
		<u>316.573</u>	<u>(174.270)</u>	<u>142.303</u>	<u>119.332</u>	<u>329.629</u>	<u>(176.400)</u>	<u>153.229</u>	<u>120.323</u>

b. Movimentação do custo

Controladora

	<u>2007</u>		<u>2008</u>		
	Custo	Adições	Baixas	Outras	Custo
Tangíveis					
Edificações	32.659	14	-	11.046	43.719
Máquinas e equipamentos	156.508	2.966	(293)	13.740	172.921
Moldes	48.346	143	(82)	5.415	53.822
Móveis e utensílios	7.622	532	(44)	409	8.519
Veículos	2.013	624	(53)	-	2.584
Equipamentos de computação	5.629	541	(224)	57	6.003
Terrenos	1.080	-	-	-	1.080
Imobilizado em andamento	15.102	33.409	-	(27.712)	20.799
Adiantamentos a fornecedores	<u>1.327</u>	<u>2.909</u>	<u>-</u>	<u>(2.954)</u>	<u>1.282</u>
	<u>270.286</u>	<u>41.138</u>	<u>(696)</u>	<u>1</u>	<u>310.729</u>
Intangíveis					
Softwares	<u>5.045</u>	<u>598</u>	<u>(7)</u>	<u>(1)</u>	<u>5.635</u>
	<u>275.331</u>	<u>41.736</u>	<u>(703)</u>	<u>=</u>	<u>316.364</u>

Consolidado

	<u>2007</u>	<u>2008</u>			
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Outras</u>	<u>Custo</u>
Tangíveis					
Edificações	33.624	14	-	11.244	44.882
Máquinas e equipamentos	157.022	12.846	(293)	13.845	183.420
Moldes	48.346	143	(82)	5.415	53.822
Móveis e utensílios	7.854	602	(44)	429	8.841
Veículos	2.155	624	(53)	23	2.749
Equipamentos de computação	5.846	1.179	(224)	110	6.911
Terrenos	1.163	-	-	16	1.179
Imobilizado em andamento	15.102	33.409	-	(27.712)	20.799
Adiantamentos a fornecedores	<u>1.327</u>	<u>2.909</u>	<u>-</u>	<u>(2.954)</u>	<u>1.282</u>
	<u>272.439</u>	<u>51.726</u>	<u>(696)</u>	<u>416</u>	<u>323.885</u>
Intangíveis					
Softwares	<u>5.045</u>	<u>607</u>	<u>(7)</u>	<u>99</u>	<u>5.744</u>
	<u>277.484</u>	<u>52.333</u>	<u>(703)</u>	<u>515</u>	<u>329.629</u>

As obras em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais.

Os bens totalmente depreciados em uso correspondem ao montante de R\$ 109.193 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 99.605 em 31 de dezembro de 2007).

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados e intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável de acordo com base na Deliberação CVM 527 que aprovou o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

c. Ativo intangível

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre *softwares* adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 5 anos.

A amortização deste ativo intangível está apresentada na demonstração de resultados na rubrica correspondente a natureza de sua utilização.

Foi reconhecido no resultado do exercício de 2008, pela Companhia, o montante de R\$ 14.488 (R\$ 11.463 em 2007), relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento.

12 Financiamentos e empréstimos

	Indexador	Juros	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
			2008	2007	2008	2007
Moeda nacional:						
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	35.746	16.364	35.746	16.364
Empréstimos bancários	TJLP	0,5% a 2,5% a.a.	103	-	103	-
Contratos de arrendamento mercantil	CDI	4,9%	179	-	179	-
BNDES	TJLP	2,7% a 5,4% a.a.	58.158	52.948	58.158	52.948
Incentivo fiscal Fundopem (a)	IPCA	3,0% a.a.	3.901	742	3.901	742
Moeda estrangeira:						
Adiantamentos de contratos de câmbio US\$ 12.047 mil	Variação cambial +Deságio	4% a 7% a.a.	28.155	24.269	28.155	24.269
Empréstimos bancários US\$ 7.179 mil	Libor	2,1% a 2,65 %a.a.	-	-	16.829	-
Empréstimos bancários 3.000 mil Pesos	-	29,75% a.a.	-	-	2.032	-
BNDES US\$ 4.798 mil	Variação cambial	2,5% a 2,7% a.a.	11.212	7.588	11.212	7.588
IFC financiamento de US\$ 10.797 mil	Variação cambial + Libor	2,25% a 3,0% a.a.	<u>25.233</u>	<u>3.613</u>	<u>25.233</u>	<u>3.613</u>
			<u>162.687</u>	<u>105.524</u>	<u>181.548</u>	<u>105.524</u>
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante			51.442	66.662	58.618	66.662
Passivo não circulante			<u>111.245</u>	<u>38.862</u>	<u>122.930</u>	<u>38.862</u>

(a) Refere-se a empréstimo subsidiado conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	Controladora	Consolidado
	2008	2008
2010	42.141	42.141
2011	19.122	23.796
2012	16.854	21.528
2013	12.925	15.262
2014	8.058	8.058
2015 a 2021	<u>12.145</u>	<u>12.145</u>
	<u>111.245</u>	<u>122.930</u>

a) Garantias

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 66.378 (R\$ 64.054 em dezembro de 2007), hipoteca de bens imóveis no valor de R\$ 15.606 (R\$ 15.606 em dezembro de 2007), hipoteca de bens imóveis da controladora Fras-le S.A. no valor de R\$ 3.347 (R\$ 3.347 em dezembro de 2007), e avais/fianças da Fras-le S.A. no valor de R\$ 77.022 (R\$ 40.162 em dezembro de 2007).

b) Cláusulas restritivas de contratos de financiamento

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2008 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

13 Programa de Parcelamento Especial - PAES

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento especial para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº. 10.684/02. Os pedidos de parcelamento, protocolados em 30 de julho de 2003, serão liquidados em 120 meses com atualização monetária pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Os valores incluídos nesse programa incluem a renúncia da liminar relativa à compensação integral de prejuízos fiscais do exercício de 1996 e da desistência dos processos de compensações de IPI, PIS e Cofins do exercício de 1998 com bases negativas de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados no exercício de 1995.

Os principais efeitos incluídos no programa estão abaixo sumariados:

	Impostos federais
Principal	10.091
Multa e juros	<u>8.727</u>
Total dos débitos incluídos no PAES	<u>18.818</u>
(-) Ajuste de pedido de compensação homologado pela Receita Federal	<u>(1.864)</u>
Total dos débitos incluídos no PAES	16.954
(-) Pagamentos efetuados até 31 de dezembro de 2008	(12.161)
(+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2008	<u>5.547</u>
Saldo dos débitos em 31 de dezembro de 2008	10.340
(-) Total do passivo circulante	<u>(2.298)</u>
Total do passivo não circulante	<u>8.042</u>

14 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia efetuou diversos depósitos judiciais vinculados aos processos relacionados com impostos em discussão judicial. A perda estimada foi provisionada no exigível a longo prazo com base em opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

a) Passivo contingente

O demonstrativo na data-base de 31 de dezembro de 2008 contendo os riscos contingentes (perda) conforme opinião de seus assessores jurídicos encontra-se no quadro a seguir:

Passivo Contingente	Controladora			Consolidado			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Controladora	Consolidado
a) cível	235	1.404	1.926	235	1.404	1.926	16	16
b) tributário	1.430	11.897	142.129	1.955	11.897	142.129	6.595	6.622
c) trabalhista	731	5.257	956	731	5.257	956	147	147
d) previdenciário	<u>1.802</u>	<u>1.670</u>	-	<u>1.802</u>	<u>1.670</u>	-	<u>1.587</u>	<u>1.587</u>
Sub-total	<u>4.198</u>	<u>20.228</u>	<u>145.011</u>	<u>4.723</u>	<u>20.228</u>	<u>145.011</u>	<u>8.345</u>	<u>8.372</u>
Depósito judicial	<u>(2.012)</u>	-	-	<u>(2.012)</u>	-	-	<u>(2.012)</u>	<u>(2.012)</u>
Total líquido	<u>2.186</u>	<u>20.228</u>	<u>145.011</u>	<u>2.711</u>	<u>20.228</u>	<u>145.011</u>	<u>6.333</u>	<u>6.360</u>

Cível – a maioria das ações são indenizatórias movidas por ex-funcionários em função dos distratos;

Tributário – representado por autuações federais que encontram-se com processos em julgamento na fase administrativa, no STJ e STF.

A Companhia possui processos em andamento, para os quais, baseados na opinião de seus assessores jurídicos (risco possível e remoto) e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas impugnações sobre a improcedência das autuações e os processos encontram-se em fase administrativa. Os principais processos de risco remoto são os seguintes:

- a. **Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte** – A Companhia foi autuada no valor de R\$ 102.848, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agente por agenciamento de vendas e serviços. Os valores incluem principal, multa e juros. A receita federal pronunciou-se em resposta a apresentação de defesa da Companhia, já reconhecendo a operação desta como intermediação comercial adequada para transações que representam 29% do montante discutido. Os demais valores permanecem em discussão administrativa junto a Receita Federal.
- b. **Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido** – A Companhia foi autuada no valor de R\$ 8.238, pela Secretaria da Receita Federal referente a não adição na Receita Bruta para fins da base de cálculo da receita líquida do crédito de exportação a título de IPI.
- c. **IPI, PIS, COFINS** – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas no momento da aquisição do controle acionário pela Fras-le S.A. e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor do processo é de R\$ 11.148.
- d. **Imposto de Renda e Contribuição Social** – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas na aquisição do controle acionário pela Fras-le S.A. A Receita Federal glosou e ajustou o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o lucro líquido. O valor do processo é de R\$ 5.549.

- e. Imposto de Importação** - A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção – Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e conseqüente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei 9.449/97, e artigo 6 do Decreto n 2072/96, no valor de R\$ 5.570 A Companhia apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração.
- f. IPI** – A Companhia foi autuada pela falta de recolhimento ou pagamento de IPI no período de janeiro de 1997 a setembro de 1997 no valor de R\$ 3.599. A Companhia apresentou impugnação alegando a nulidade do auto de infração por ausência dos requisitos pelo pedido de compensação constante de processo específico.

Trabalhista – diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria à vários pleitos indenizatórios;

Previdenciário – autuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF.

b) Ativo contingente

O demonstrativo na data-base 31 de dezembro de 2008 contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos e está abaixo detalhado:

Ativo Contingente	Controladora e Consolidado	
	Possível	Remota
a) Tributário	1.874	942
b) Previdenciário	—	—
Total:	<u>1.874</u>	<u>942</u>

- a) tributário – representadas basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF;
- b) previdenciário – referentes a seguro acidente trabalho e INSS autônomos.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

Durante o ano de 2008 a Companhia reconheceu como outras receitas o montante de R\$ 5.051, referente ação movida contra a Eletrobrás por reembolso de empréstimos compulsórios pagos em exercícios anteriores após o trânsito julgado das ações.

Movimentação dos processos

	Consolidado			
	2007	2008		
	Saldo inicial	Adição à provisão	Exclusão da provisão	Saldo Final
Cíveis	459	-	(224)	235
Trabalhistas	975	-	(244)	731
Tributárias	1.638	317	-	1.955
Previdenciário	<u>1.636</u>	<u>166</u>	<u>-</u>	<u>1.802</u>
	<u>4.708</u>	<u>483</u>	<u>(468)</u>	<u>4.723</u>

15 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras do RANDONPREV – Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

A posição do passivo atuarial no final do exercício apurado com base em laudo de atuário independente encontra-se demonstrada a seguir:

	2008
	Controladora e consolidado
Passivo atuarial	
Valor presente da obrigação atuarial	(3.469)
Valor justo dos ativos do plano	3.902
(Perdas) atuariais não reconhecidas	(601)
Passivo líquido no balanço patrimonial	(168)

A composição do resultado atuarial é dada conforme segue:

Custo do serviço acumulado	186
Juros sobre a obrigação atuarial	288
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(490)
Ganhos atuariais líquidos reconhecidos no ano	(63)
Total	(79)

A movimentação no passivo líquido reconhecida no balanço patrimonial pode ser demonstrada como segue:

	<u>2008</u>
	Controladora e consolidado
Passivo líquido no início do exercício	(466)
Despesa líquida reconhecida na demonstração do resultado/patrimônio líquido	79
Contribuições pagas	<u>219</u>
Passivo líquido no final do exercício	<u>(168)</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço (expressas por médias ponderadas) são conforme segue:

	%
Taxa de desconto em 31 de dezembro	9,20 a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano em 31 de dezembro	11,65 a.a.
Aumentos salariais futuros	7,12 a.a.
Aumentos futuros de benefícios	4,00 a.a.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente.

A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

Em conformidade com a Medida Provisória 449/08 a Companhia e suas controladas optaram pela adoção ao Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

a. Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social de exercícios anteriores, foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, aprovadas pelo Conselho de Administração. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. A administração considera que a realização dos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias nos exercícios abaixo mencionados está sujeita a solução final das estimativas contábeis projetadas.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Ativo circulante:				
Provisões diversas	754	702	754	721
Provisão para comissões sobre vendas	277	370	277	370
Provisão para perda de estoques	102	-	102	-
Prejuízos fiscais a compensar	-	-	1.422	-
Ajustes Lei 11638	877	-	877	-
Participação dos Diretores e funcionários	939	-	939	-
Provisão para devedores duvidosos	443	324	443	324
Operações de derivativos	<u>5.840</u>	<u>-</u>	<u>5.840</u>	<u>-</u>
	<u>9.232</u>	<u>1.396</u>	<u>10.654</u>	<u>1.415</u>
Ativo não circulante:				
Prejuízos fiscais a compensar	-	3.440	-	3.440
Base negativa de Contribuição Social	-	1.287	-	1.287
Operação de derivativos	-	1.292	-	1.292
Provisão para contingências	1.372	1.486	1.372	1.486
Provisão plano de pensão	57	158	57	158
Provisões diversas	<u>349</u>	<u>348</u>	<u>722</u>	<u>348</u>
	<u>1.778</u>	<u>8.011</u>	<u>2.151</u>	<u>8.011</u>
Passivo Circulante:				
Operações de derivativos	-	1.301	-	1.306
Ajustes Lei 11638	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>281</u>	<u>-</u>
	<u>281</u>	<u>1.301</u>	<u>281</u>	<u>1.306</u>
Passivo não circulante:				
Depreciação acelerada incentivada	<u>13</u>	<u>38</u>	<u>13</u>	<u>38</u>
	<u>13</u>	<u>38</u>	<u>13</u>	<u>38</u>

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano de vencimento:	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2008	2008
2009	4.800	4.800
2010	5.666	5.666
2011	<u>250</u>	<u>2.045</u>
	<u>10.716</u>	<u>12.511</u>

b. Conciliação da despesa de impostos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>36.395</u>	<u>60.584</u>	<u>35.371</u>	<u>63.333</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social: Pela alíquota fiscal combinada	12.374	20.599	12.026	21.533
Adições permanentes: Despesas não dedutíveis	1.351	2.024	1.351	2.024
Exclusões permanentes: Juros sobre capital próprio	(4.082)	(3.567)	(4.082)	(3.567)
Receitas isentas de impostos	(123)	(420)	-	-
Deduções	(5.918)	(4.779)	(5.918)	(4.779)
<i>Outros itens:</i> <i>Efeito das diferenças de alíquota</i> no exterior	-	-	-	182
Outros	<u>4.201</u>	<u>3.774</u>	<u>4.560</u>	<u>4.144</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período	<u>7.803</u>	<u>17.631</u>	<u>7.937</u>	<u>19.537</u>
Alíquota efetiva	<u>21,4%</u>	<u>29,1%</u>	<u>22,4%</u>	<u>30,8%</u>

17 Arrendamento Mercantil

A Companhia e suas controladas possuem ativos adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem, com cláusulas de opção compra e de correção mensal das parcelas devidas e prazo de duração conforme apresentado abaixo:

Controladora e consolidado

Bens	Prazo remanescente em meses	Encargos	Saldo dos valores contratados		Opção de compra/valor residual	
			31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Equipamentos de informática			-	286	-	27
Veículos	de 15 a 17 meses	CDI + 4,9% a.a.	<u>179</u>	<u>353</u>	<u>6</u>	<u>6</u>
			<u>179</u>	<u>639</u>	<u>6</u>	<u>33</u>

Os ativos acima discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da companhia e das suas controladas e os valores devidos nos empréstimos e financiamentos.

O valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro em 2008 está demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado
	2008
Veículos	185
Equipamentos de computação	<u>185</u>
Total	<u>370</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 125 (R\$ 125 no Consolidado) relativo a despesas financeiras e R\$ 187 (R\$ 187 no Consolidado) relativo a despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos 2008
Até um ano	137
De um ano e até dois anos	42

18 Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital social

O capital social autorizado, conforme Estatuto Social é de 270.000.000 ações, sendo 90.000.000 de ordinárias e 180.000.000 de preferenciais. Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 68.254.000 ações nominativas, sendo 44.116.233 ordinárias e 24.137.767 preferenciais, sem valor nominal.

b. Reservas

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva geral de lucros (estatutária)*

Reserva geral de lucros, com saldo que remanescer após a destinação supra mencionada, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do capital social.

Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2008, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o limite estabelecido no Estatuto Social. Desta forma é proposta a aplicação do excesso no aumento do capital social, a ser deliberado pelos acionistas em Assembléia Geral.

c. Ações em tesouraria

No dia 26 de novembro de 2008 o Conselho de Administração, considerando o disposto na alínea “h” do Artigo 22 do Estatuto Social e atendidos os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei 6.404/76, bem como da Instrução CVM 10/80 e suas alterações, autorizou a aquisição pela Companhia de 1.600.000 ações preferenciais de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

A operação teve por objetivo aproveitar a oportunidade de investimento para a Companhia, considerando o preço de cotação das ações preferenciais na bolsa de valores, sendo as aquisições realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros constantes do último balanço aprovado pela AGO de 16 de abril de 2008.

As ações adquiridas até 31 de dezembro de 2008 somaram a quantidade 900.000 ações preferenciais, por preço de cotação em bolsa de valores, a um custo médio ponderado de R\$ 2,46 por ação, sendo que o custo máximo foi de R\$ 2,63 e o custo mínimo de R\$ 2,35.

O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 2.088.

d. Dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001 .

Os dividendos mínimos foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	26.856
Reserva legal (5%)	<u>1.343</u>
Base de cálculo para dividendos	25.513
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>6.378</u>
Juros sobre o capital próprio	10.204
Imposto de renda retido na fonte (15%)	<u>1.801</u>
Valor líquido creditado	<u> -</u>

Para o exercício de 2008 a Companhia não creditou dividendos a distribuir, considerando que o valor pago de juros sobre capital próprio excedeu o dividendo mínimo obrigatório.

19 Juros sobre o capital próprio – Lei nº 9.249/95

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº. 9.249/95, a Companhia calculou e pagou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 12.005 (R\$ 10.490 em 2007), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício foram reduzidos em R\$ 4.082 (R\$ 3.567 em 2007) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras:				
Varição cambial	30.401	11.550	30.401	11.550
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	12.886	6.471	12.886	6.471
Ganhos com operações de derivativos	6.090	10.015	6.090	10.015
Rendimentos de contratos de mútuos	121	658	121	658
Ajuste a valor presente	7.732	-	7.732	-
Outras receitas financeiras	<u>6.169</u>	<u>672</u>	<u>6.169</u>	<u>690</u>
	<u>63.399</u>	<u>29.366</u>	<u>63.399</u>	<u>29.384</u>
Despesas financeiras:				
Varição cambial	(38.008)	(12.445)	(37.302)	(14.190)
Juros sobre financiamentos	(8.186)	(5.266)	(7.960)	(5.266)
Despesas de operações de <i>swap</i>	-	(224)	-	(224)
Perdas com operações de derivativos	(22.224)	(345)	(22.224)	(345)
Despesas de contratos de mútuos	(4)	(138)	(4)	(138)
Ajuste a valor presente	(3.167)	-	(3.045)	-
Outras despesas financeiras	<u>(3.371)</u>	<u>(7.567)</u>	<u>(5.794)</u>	<u>(7.987)</u>
	<u>(74.960)</u>	<u>(25.985)</u>	<u>(76.329)</u>	<u>(28.150)</u>
Resultado financeiro	<u>(11.561)</u>	<u>3.381</u>	<u>(12.930)</u>	<u>(1.234)</u>

21 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Para a exposição ao câmbio, a Companhia possui Política de Proteção Cambial, escrita pelo Comitê de Planejamento e Finanças e avalizada pela Diretoria Executiva da Companhia e do

grupo controlador. O objetivo da política é uniformizar os procedimentos entre as empresas do grupo, incluindo a Companhia, definir responsabilidades e limites nas operações que envolvam proteção cambial, reduzindo os efeitos cambiais sobre o fluxo de divisas em moeda estrangeira projetado pelo fluxo de caixa. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico, ou na expectativa atualizada de cada empresa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados pelo mesmo comitê. Nas operações contratadas durante o ano os instrumentos são *Non Deliverable Forward (NDF)* e *Zero Cost Collar*. A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento) das empresas. Todas as operações são controladas pela Diretoria Financeira da Companhia Controladora e informadas ao Comitê Executivo.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

		Controladora					
		2008			2007		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos							
Clientes	6	-	77.585	77.585	-	62.366	62.366
Mútuos a receber	9	-	-	-	-	5.315	5.315
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	26	-	26
Passivos							
Empréstimos e financ.moeda nacional	12	-	(98.087)	(98.087)	-	(70.054)	(70.054)
Empréstimos e financ.moeda estrangeira	12	-	(64.600)	(64.600)	-	(35.470)	(35.470)
Mútuos a pagar	9	-	(2.439)	(2.439)	-	(2.879)	(2.879)
Instrumentos financeiros derivativos		(17.176)	-	(17.176)	(4.999)	-	(4.999)
Total		(17.176)	(87.541)	(104.717)	(4.973)	(40.722)	(45.695)

		Consolidado					
		2008			2007		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos							
Clientes	6	-	69.014	69.014	-	61.520	61.520
Mútuos a receber	9	-	-	-	-	5.315	5.315
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	26	-	26
Passivos							
Empréstimos e financ.moeda nacional	12	-	(98.087)	(98.087)	-	(70.054)	(70.054)
Empréstimos e financ.moeda estrangeira	12	-	(83.461)	(83.461)	-	(35.470)	(35.470)
Mútuos a pagar	9	-	(354)	(354)	-	(272)	(272)
Instrumentos financeiros derivativos		(17.176)	-	(17.176)	(4.999)	-	(4.999)
Total		(17.176)	(112.888)	(130.064)	(4.973)	(38.961)	(43.934)

Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 14 estão demonstrados na Nota Explicativa nº 3.

- *Administração financeira de risco*

A Companhia e suas controladas possuem exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir:

Esta nota apresenta informações sobre as exposições da Companhia para cada risco acima mencionado, os objetivos da Companhia, políticas e processos para mensuração e administração do risco. Adicionalmente divulgações quantitativas foram incluídas nas informações financeiras apresentadas.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. Para contas a receber por vendas a Companhia e suas controladas possuem ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2008 com a variação positiva de 32% (variação negativa de 17,0% no exercício de

2007). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Abaixo está demonstrada a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moedas estrangeiras:

	<u>US\$ mil</u>	
	2008	2007
A. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos		
Controladora	27.642	20.025
Consolidado	35.713	20.025
B. Ativos líquidos em dólares norte-americanos		
Controladora	30.226	21.017
Consolidado	22.993	14.759
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos		
Controladora	7.350	-
Consolidado	7.350	-
D. Déficit (superávit) apurado (A-B+C)		
Controladora	4.766	(992)
Consolidado	20.070	5.266

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior.

A Administração da Companhia e das suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Atualmente os instrumentos financeiros derivativos contratados pela empresa são decorrentes de risco de câmbio, todos registrados na CETIP.

A Companhia contrata operações com derivativos para proteger parte de sua exposição estimada em moeda estrangeira do saldo credor denominado em uma moeda estrangeira. A Companhia usam contratos de “forward” para proteger seus riscos de moeda (riscos cambiais) em sua maioria com vencimento inferior a um ano em relação à data do balanço.

Os seguintes instrumentos derivativos são utilizados pela companhia ou foram utilizados durante o exercício de 2008:

“NDF - Non Deliverable Forward”

Nestas operações a Companhia e suas controladas tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento. O resultado líquido destas operações é registrado por competência nas demonstrações financeiras da empresa.

“Zero Cost Collar”

Nesta modalidade a Companhia e suas controladas só possuem obrigações ou direitos quando a taxa cambial for superior ou inferior a um intervalo de cotação de moeda estrangeira conforme acordado pelo contrato.

Com esta operação a Companhia garantiu um valor mínimo de liquidação de suas exportações futuras correspondente ao valor da taxa de câmbio do dólar que varia conforme o vencimento e somente terá uma obrigação se a taxa do dólar estiver acima de uma segunda posição cambial, com taxa maior que a primeira, também variável pelo vencimento. A taxa de câmbio do dólar intermediária a essas posições não gera obrigação nem direito a nenhuma das partes.

Não há operações nesta modalidade em aberto em 31/12/2008.

Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Os valores justos foram estimados na data das informações financeiras, baseados em “informações relevantes de mercado”. Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. Os métodos e premissas adotados pela Companhia para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 estão descritos abaixo:

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da administração. Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos.

Operações de *non deliverable forward* – *NDF* e *Zero Cost Collar*: O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da administração. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de

mercado para derivativos negociados em bolsa. Estes contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar estes contratos antes de seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 os valores nominais em aberto expostos à variação da moeda norte-americana, bem como os respectivos valores justos, estão assim demonstrados:

Controladora e consolidado:

Descrição/ Contraparte	Valor de referência				Valor justo – em milhares de R\$ - (crédito)/débito		Valor de custo – em milhares de R\$ - (crédito)/débito		Efeito acumulado em 2008 – em milhares de R\$ (crédito)/débito		Efeito acumulado em 2007 – em milhares de R\$ (crédito)/débito	
	Nacional – em milhares de US\$		Nacional – em milhares de R\$		2008	2007	2008	2007	Valor	Valor	Valor	Valor
	2008	2007	2008	2007					recebido	pago	recebido	pago
Zero Cost Collar	-	37.000	-	71.462	-	-	-	-	8.405	(2.393)	7.669	-
Bco.Santander	-	19.000	-	35.499	-	-	-	-	2.806	(2.393)	5.214	-
Bco.Unibanco	-	18.000	-	35.963	-	-	-	-	5.599	-	-	-
Bco.Itaú	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	613	-
Bco.Votorantim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.842	-
NDF	29.000	1500	52.734	2.676	(17.176)	26	(17.528)	26	74	(19)	1.975	-
Bco.Santander	23.000	1.500	36.501	2.676	(11.996)	26	(12.493)	26	74	(19)	1.535	-
Bco.do Brasil	6.000	-	16.233	-	(5.180)	-	(5.035)	-	-	-	550	-
Swap Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.656)
Total	29.000	38.500	52.734	74.138	(17.176)	26	(17.528)	26	8.479	(2.412)	9.644	(1.656)

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares, no consolidado:

Descrição	2008			Total líquido	2007 Total líquido
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias		
Zero Cost Collar	-	-	-	-	37.000
NDF	1.500	12.500	15.000	29.000	10.300
Total	1.500	12.500	15.000	29.000	47.300

Os valores passivos apresentados em 31 de dezembro de 2008 para as operações de NDF estão classificados como operações de derivativos.

A Companhia não possui margens dadas em garantia para os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2008.

A Companhia auferiu ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2008 e 2007 conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2008	2007
Operações de proteção		
Receitas financeiras:		
Ganhos com operações de derivativos	6.090	10.015
Despesas financeiras:		
Perdas com operações de derivativos	(22.224)	(345)
	<u>(16.134)</u>	<u>9.670</u>

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos destinados a mitigar esses riscos em suas operações.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Risco	Controladora e Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Non Deliverable Forward – NDF	Alta do US\$	(17.770)	(13.183)	(26.367)
Controladora				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$	6.038	7.548	8.978
Consolidado				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$	(23.212)	(29.016)	(34.514)

22 Subvenções e assistência governamental

Empréstimo subsidiado Fundopem/RS

Em dezembro de 2006 a Companhia assinou Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste.

Para incremento de valor financiado a Companhia observa todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal;
- b) ICMS incremental mensal;
- c) Número de empregos diretos incrementais.

23 Demonstração dos fluxos de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e saldo em bancos	2.255	1.517	8.602	2.175
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>98.066</u>	<u>86.096</u>	<u>98.910</u>	<u>86.096</u>
Total	<u>100.321</u>	<u>87.613</u>	<u>107.512</u>	<u>88.271</u>

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia possuía R\$ 16.174 de limites de créditos disponíveis para futuros empréstimos cujo montante ainda não havia sido liberado pelas instituições financeiras.

Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 a Companhia possui aprovado limite da operação de Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado no valor R\$ 13.685.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas de seguro são:

	Risco coberto	<u>Controladora</u>	
		Total dos limites de indenização	
		31/12/2008	31/12/2007
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	209.800	175.700
Automóveis	Colisão e responsabilidade civil.	1.498	2.005
Responsabilidade civil	Fabricação de produtos e Recall no país e exterior	12.995	-
Acidentes pessoais		<u>2.831</u>	<u>4.268</u>
		<u>227.124</u>	<u>181.973</u>

25 Participação de empregados nos lucros e resultados

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participações nos lucros referente ao exercício de 2008 foi no valor de R\$ 3.587 (R\$ 5.262 em 2007) na controladora e no consolidado.

26 Eventos subsequentes

Em 04 de fevereiro a controlada Fras-le S.A. finalizou processo de aquisição de ações para manutenção em tesouraria, divulgado na Nota Explicativa nº 18, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de novembro de 2008. Durante o período de 27 de novembro de 2008 a 04 de fevereiro a controlada Fras-le S.A. adquiriu 1.600.000 ações preferenciais, no valor total de R\$ 3.886, por um preço médio de R\$ 2,43 por ação.

Conselho de Administração

Raul Anselmo Randon - Presidente
Astor Milton Schmitt - Vice-Presidente
Ricardo Alves da Conceição - Conselheiro
Ricardo Malavazi Martins - Conselheiro
Sílvio Omar Leal dos Santos - Conselheiro

Conselho Fiscal

Benilda Waschow - Conselheira
Georges Pitseys - Conselheiro
Antônio Rubem de Almeida Barros Junior – Conselheiro
Jairo Coelho da Silva - Conselheiro

Diretoria Executiva

Raul Anselmo Randon - Diretor Presidente
Daniel Raul Randon - Diretor Superintendente e de RI
Luis Antonio Oselame - Diretor Executivo
Rogério Luiz Ragazzon - Diretor Comercial
Gilberto Carlos Crosa - Diretor Industrial e de Logística

Gotardo Antonio Perozzo
Contador CRC-RS: 27.424

Informações complementares

Anexo I

Vendas por segmento geográfico

(Em milhares de reais)

Vendas por segmento geográfico

As vendas líquidas realizadas pela Companhia e suas controladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, por segmento de negócios no mercado nacional e região geográfica no mercado externo, estão abaixo demonstradas:

	<u>Vendas líquidas</u>	
	<u>Consolidado</u>	
	2008	2007
Mercado nacional		
Reposição	153.046	156.018
Montadoras	100.735	98.260
Mercado externo		
Nafta	94.313	86.254
Europa	14.153	15.632
Mercosul	40.073	36.350
África	7.652	6.542
Ásia e Oceania	5.603	7.342
Outros	<u>16.720</u>	<u>13.513</u>
Total	<u>432.295</u>	<u>419.911</u>